

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.496 - SP (2019/0333909-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : QLL LOGÍSTICA E ARMAZENAGEM LTDA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
RECORRIDO : ALLIANZ SAÚDE S.A
AGRAVANTE : ALLIANZ SAÚDE S.A
ADVOGADO : CLAUDIO APARECIDO RIBAS DA SILVA - SP101418
AGRAVADO : QLL LOGÍSTICA E ARMAZENAGEM LTDA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por QLL LOGÍSTICA E ARMAZENAGEM LTDA. contra acórdão do TJSP, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 846):

PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTES FINANCEIRO E POR SINISTRALIDADE. Validade da cláusula que prevê o reajuste financeiro e por sinistralidade. Contudo, deve haver efetiva comprovação dos aumentos aplicados, sobretudo em virtude do julgamento do Agravo de Instrumento nº. 2218434-29.2017.8.26.0000, que atribuiu o ônus da prova à seguradora, detentora das informações necessárias para a regular produção de prova pericial. Seguradora que, mesmo depois de intimada, não encaminhou os relatórios de sinistralidade ocorridos em cada período, solicitados pelo perito. Impossibilidade de se apurar a veracidade dos valores que a operadora alega ter gasto. Não há como se agasalhar as exasperações perpetradas pela apelada, que não pode se valer da sua própria desídia. O fato da ANS não delimitar os índices de reajustes para os contratos coletivos não pode ser utilizado como subterfúgio e justificativa para a imposição de índices exorbitantes e sem comprovação. Devolução dos valores cobrados a maior, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa. Apelo provido em parte.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 931/935).

No recurso especial (e-STJ fls. 940/955), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega violação do art. 1.022, I e II do CPC/2015, sustentando omissão e ausência de motivação no acórdão recorrido.

Suscita afronta aos arts. 4º, 6º, III, 39, V, 51, IV e X, e 54, § 4º, do CDC, destacando a invalidade da cláusula contratual que dispõe sobre o reajuste do prêmio mensal do plano de saúde em virtude da sinistralidade.

Aduz ofensa aos arts. 166, IV, 169 e 182 do CC/2002, argumentando a nulidade da cláusula contratual que prevê o reajuste financeiro e por sinistralidade.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 993/1.009).

É o relatório.

Decido.

O recurso não especificou as questões consideradas omissas, limitando-se à alegação genérica de omissão por ausência de fundamentação no acórdão recorrido. Com

Superior Tribunal de Justiça

efeito, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o "Recurso especial que suscita negativa de prestação jurisdicional, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, sem indicar precisamente o ponto que supostamente estaria omissa, contraditório, obscuro ou com erro material, é deficiente em sua fundamentação e atrai a aplicação do óbice descrito na Súmula 284/STF" (AgInt no AREsp 1.343.812/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 12/4/2019).

Os arts. 166, IV, 169 e 182 do CC/2002 não foram debatidos na origem, carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Quanto à legalidade da cláusula que prevê o reajuste por sinistralidade, assim decidiu o TJSP (e-STJ fl. 933):

Contudo, o § 2º do art. 35-E, da Lei 9.656/98 determina que a prévia aprovação da ANS quanto aos reajustes se refere aos contratos individuais, de sorte que a pactuação coletiva possui regime jurídico próprio, cuja exasperação possui por escopo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Portanto, afastada a abusividade da cláusula que prevê o reajuste por sinistralidade, certo é que os reajustes impostos devem ser efetivamente comprovados, o que, contudo, não ocorreu no caso em apreço.

O Tribunal de origem entendeu que, conforme o art. 35-E, § 2º, da Lei 9.656/1998, a prévia aprovação da ANS quanto aos reajustes se refere apenas aos contratos individuais, de modo que o contrato coletivo possui regime jurídico próprio. Tal ponto não foi impugnado pela parte, aplicando-se a Súmula n. 283/STF.

Por fim, não há como acolher a tese de dissídio jurisprudencial, tendo em vista que falta identidade entre o paradigma apresentado e os fundamentos do acórdão.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator